

SUMÁRIO

Parte I TEORIA GERAL

CAPÍTULO 1. EVOLUÇÃO DA EMPRESA	3
1.1 O comércio	3
1.2 Do Direito Comercial ao Direito Empresarial	4
1.2.1 Sistema adotado pelo Código Comercial de 1850	5
1.3 A empresa	6
1.3.1 A atividade intelectual	9
1.3.1.1 Atividade intelectual absorvida pelo conceito de empresa	11
1.3.1.2 A forma societária da atividade intelectual.....	13
1.3.2 Perfil poliédrico da empresa.....	14
1.4 Comércio eletrônico.....	15
1.4.1 Comércio eletrônico e o Direito Empresarial.....	15
1.4.2 Comércio eletrônico e os contratos empresariais	17
1.4.3 O comércio eletrônico e o nome de domínio na internet ...	18
1.5 Proposições para agilidade de raciocínio	21
CAPÍTULO 2. EMPRESÁRIO	23
2.1 Empresário individual	23
2.1.1 Capacidade para o exercício da atividade empresarial.....	24
2.1.2 Não impedimento	28
2.2 Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.....	29
2.2.1 A hipótese de constituição da EIRELI por outra pessoa jurídica.....	32
2.3 Empresários rurais	32
2.4 Microempresários e empresários de pequeno porte	33
2.4.1 Exclusões ao regime do tratamento diferenciado	34

2.4.2	Tratamento diferenciado	34
2.4.3	Microempreendedor Individual – MEI	38
2.5	Prepostos.....	38
2.5.1	Contrato de preposição.....	39
2.5.2	Gerentes.....	39
2.5.3	Contabilistas.....	39
2.5.4	Responsabilidade dos prepostos por atos em excesso de mandato.....	39
2.6	Proposições para agilidade de raciocínio.....	39
CAPÍTULO 3. OBRIGAÇÕES DO EMPRESÁRIO.....		41
3.1	Registro empresarial	41
3.1.1	Órgãos registrais.....	43
3.1.1.1	Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI	43
3.1.1.2	Juntas Estaduais.....	43
3.1.2	Consequências da irregularidade registral.....	46
3.1.3	Personalidade jurídica	46
3.1.3.1	Autonomia da pessoa jurídica.....	47
3.1.3.2	Pessoas jurídicas.....	47
3.1.3.3	Personalidade jurídica dos sujeitos empresariais	48
3.1.3.4	Principais teorias que explicam a existência das pessoas jurídicas.....	49
3.1.3.5	Desconsideração da personalidade jurídica.....	49
3.2	Escrituração e livros empresariais.....	53
3.2.1	Características essenciais da escrituração	54
3.2.1.1	Sigilosidade.....	54
3.2.1.2	Fidelidade.....	55
3.2.1.3	Uniformidade temporal	55
3.2.2	Espécies de livros a escriturar	56
3.2.2.1	Livros empresariais e o tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte.....	57
3.2.3	Irregularidade dos livros empresariais	57
3.3	Demonstrações contábeis.....	58

3.4	Súmulas de jurisprudência do STF.....	58
3.5	Proposições para agilidade de raciocínio.....	58
CAPÍTULO 4. ESTABELECIMENTO.....		61
4.1	Elementos	62
4.2	Atributos.....	64
4.3	Trespasse	65
4.3.1	Obrigações solidárias.....	69
4.4	Súmulas de jurisprudência do STJ e do STF	71
4.5	Proposições para agilidade de raciocínio.....	72
CAPÍTULO 5. NOME EMPRESARIAL		73
5.1	Princípios	73
5.2	Distinção prática entre nome empresarial e título do estabelecimento.....	75
5.2.1	Nome empresarial	75
5.2.2	Título do estabelecimento	75
5.3	Firma	75
5.4	Denominação	76
5.5	Proteção do nome empresarial.....	77
5.6	Nome empresarial e as sociedades	81
5.6.1	Departamento de Registro Empresarial e Nome Empresarial....	81
5.7	Proposições para agilidade de raciocínio.....	83
CAPÍTULO 6. LOCAÇÃO EMPRESARIAL.....		85
6.1	Legislação.....	85
6.2	A proteção do ponto empresarial.....	85
6.3	Ponto empresarial.....	86
6.4	Ação renovatória.....	88
6.5	Locação em <i>shopping center</i>	91
6.6	Proposições para agilidade de raciocínio.....	92

Parte II

DIREITO SOCIETÁRIO

CAPÍTULO 7. SOCIEDADES NO CÓDIGO CIVIL.....		97
7.1	Introdução.....	97

7.1.1	Sociedade de propósito específico (SPE).....	100
7.2	Natureza jurídica	100
7.3	Personalidade jurídica	102
7.3.1	Efeitos da personalidade jurídica	102
7.4	Contrato de sociedade.....	102
7.4.1	Elementos específicos do contrato social	103
7.4.1.1	Capital, quotas e participação dos sócios nos lucros e perdas.....	103
7.4.1.2	Administração da sociedade	104
7.4.1.3	Responsabilidade dos sócios.....	104
7.5	Classificação das sociedades	104
7.5.1	Quanto à personificação.....	105
7.5.2	Quanto à responsabilidade dos sócios.....	105
7.5.3	Quanto à alienação da participação social.....	106
7.5.4	Quanto à variabilidade do capital social.....	107
7.5.5	Quanto ao ato constitutivo	107
7.6	Sociedades empresárias contratuais	109
7.6.1	Constituição	109
7.6.1.1	Elementos de existência.....	109
7.6.1.2	Requisitos de validade.....	111
7.6.1.3	Cláusulas contratuais.....	111
7.6.1.4	Alteração do contrato social.....	112
7.6.2	Situação do sócio	112
7.6.3	Dissolução	112
7.6.3.1	Liquidação	113
7.7	Sociedades empresárias institucionais	114
CAPÍTULO 8. SOCIEDADES DESPERSONALIZADAS.....		115
8.1	Sociedades em comum.....	115
8.1.1	Irregularidade originária e superveniente.....	115
8.1.2	Patrimônio e responsabilidade	116
8.1.3	Consequências da irregularidade registral.....	117
8.2	Sociedades em conta de participação	119
8.2.1	Categorias de sócios	120

8.2.2	Dissolução de liquidação da conta de participação	121
8.2.3	Falência dos sócios	122
8.3	Proposições para agilidade de raciocínio	122
CAPÍTULO 9. SOCIEDADES SIMPLES.....		123
9.1	Espécies	123
9.2	Constituição das sociedades simples	124
9.3	Responsabilidade dos sócios	125
9.4	Administração	126
9.4.1	Nomeação de administradores	127
9.4.2	Teoria <i>ultra vires societatis</i>	127
9.5	Deliberações sociais	128
9.6	Dissolução de sociedade	128
9.6.1	Causas de dissolução total das sociedades	128
9.6.2	Causas de dissolução parcial de sociedade.....	129
9.7	Sociedade de advogados	130
9.7.1	Sociedade unipessoal ou pluripessoal.....	130
9.7.2	Objeto praticado pelos sócios	131
9.7.3	Da personalização e registro	131
9.7.4	Nome societário.....	132
9.7.5	Mandato judicial.....	132
9.7.6	Constituição de filiais.....	132
9.7.7	Licenciamento do advogado	133
9.7.8	Responsabilidade	133
9.7.9	Advogados associados.....	133
9.8	Proposições para agilidade de raciocínio.....	135
CAPÍTULO 10. SOCIEDADES EMPRESÁRIAS.....		137
10.1	Sociedade em nome coletivo	137
10.2	Sociedade em comandita simples	139
10.2.1	Sócios	139
10.3	Sociedade limitada	140
10.3.1	Aspectos gerais e regência supletiva das sociedades limita- das	140
10.3.2	Quotas, cessão e penhora	142
10.3.3	A vontade da sociedade	143

10.3.4	Deliberações	146
10.3.5	Administração da sociedade limitada	148
10.3.6	Direitos e obrigações dos administradores	148
10.3.7	A sociedade limitada e sua relação com terceiros.....	149
10.3.8	Deveres, direitos e responsabilidade dos sócios	150
10.3.9	Deveres dos sócios.....	151
10.3.10	Direitos dos sócios.....	151
10.3.11	Responsabilidade dos sócios.....	152
10.4	Proposições para agilidade de raciocínio	152
CAPÍTULO 11. SOCIEDADES POR AÇÕES. CONSTITUIÇÃO, CAPITAL E ADMINISTRAÇÃO.....		155
11.1	Características básicas	155
11.1.1	Sociedades em comandita por ações.....	158
11.2	Mercado de valores mobiliários	159
11.2.1	Mercado primário	160
11.2.2	Mercado secundário.....	160
11.2.3	Bolsa de Valores	161
11.3	Ações	161
11.3.1	Classificação quanto à circulação.....	162
11.4	Formação do capital social	163
11.4.1	Aumento do capital social	164
11.4.2	Redução do capital social	164
11.5	Acionistas.....	164
11.5.1	Deveres dos acionistas	165
11.5.2	Direitos dos acionistas	166
11.6	Outros valores mobiliários	166
11.6.1	Debêntures	166
11.7	Bônus de subscrição	167
11.7.1	Forma.....	168
11.7.2	Propriedade e circulação	169
11.8	Partes beneficiárias.....	169
11.8.1	Resgate e conversão.....	169
11.8.2	Conversão em ações.....	170

11.8.3	Liquidação da companhia (direito de preferência).....	170
11.8.4	Certificados	170
11.8.5	Forma, propriedade, circulação e ônus.....	170
11.8.6	Modificação dos direitos.....	171
11.8.7	Agente fiduciário	171
11.9	<i>Commercial paper</i>	171
11.10	Órgãos societários e administração	172
11.10.1	Assembleia Geral	172
11.10.2	Conselho de Administração.....	173
11.10.3	Diretoria.....	174
11.10.4	Conselho Fiscal	174
11.11	Dos administradores.....	175
11.11.1	Deveres.....	175
11.11.2	Responsabilidade dos administradores	175
11.11.3	Ação de responsabilidade	177
11.11.4	Responsabilidade por abuso no poder de controle.....	178
11.12	Proposições para agilidade de raciocínio.....	178
CAPÍTULO 12. TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E ENCERRAMENTO		181
12.1	Transformações societárias	181
12.2	Incorporação societária	182
12.3	Fusão.....	183
12.4	Cisão	184
12.5	Direitos dos credores.....	185
12.6	Grupos de sociedades.....	185
12.7	Consórcios	188
12.8	Sociedade de economia mista.....	190
12.9	Dissolução	191
12.10	Liquidação.....	195
12.11	Extinção.....	197
12.12	Proposições para agilidade de raciocínio.....	197
CAPÍTULO 13. SOCIEDADES COOPERATIVAS		199
13.1	Conceito	199

13.2	Natureza	199
13.3	Características	201
13.4	Classificação	202
13.4.1	Quanto à estrutura	202
13.4.2	Quanto à atividade	203
13.4.3	Quanto à responsabilidade do cooperado.....	204
13.5	Constituição.....	204
13.6	Capital social.....	206
13.7	Órgãos sociais	206
13.7.1	Assembleia Geral.....	206
13.7.2	Diretoria ou Conselho de Administração	207
13.7.3	Conselho Fiscal.....	208
13.8	Cooperados.....	209
13.9	Fusão, incorporação e desmembramento	211
13.10	Dissolução e liquidação.....	212
13.11	Proposições para agilidade de raciocínio	215

Parte III

DO DIREITO CAMBIÁRIO

CAPÍTULO 14.	TÍTULOS DE CRÉDITO.....	219
14.1	Conceito e princípios básicos	219
14.2	Natureza jurídica	223
14.2.1	Classificação dos títulos de crédito	224
14.2.1.2	Quanto à natureza.....	225
14.2.1.3	Quanto à vinculação à <i>causa debendi</i>	225
14.2.1.4	Quanto à circulação	225
14.2.1.5	Quanto ao conteúdo	226
14.3	Constituição do crédito cambiário	226
14.3.1	Saque	226
14.3.2	Aceite.....	226
14.3.3	Endosso.....	227
14.3.4	Aval.....	228
14.4	Exigibilidade do crédito cambiário.....	229
14.4.1	Introdução	229

14.4.2	Vencimento	229
14.4.3	Pagamento	230
14.4.4	Protesto	230
14.4.5	Ação cambial.....	232
14.4.6	Prescrição da ação cambial.....	234
14.5	Súmulas de jurisprudência do STF e do STJ	234
14.6	Proposições para agilidade de raciocínio	235
CAPÍTULO 15. LETRA DE CÂMBIO E NOTA PROMISSÓRIA		237
15.1	Letra de câmbio.....	237
15.1.1	Saque	237
15.1.2	Aceite.....	240
15.1.3	Endosso.....	241
15.1.4	Aval.....	245
15.1.5	Vencimento	248
15.1.6	Protesto	249
15.1.7	Prescrição	252
15.2	Nota promissória.....	253
15.3	Proposições para agilidade de raciocínio	255
CAPÍTULO 16. CHEQUE		257
16.1	Características	257
16.2	Cheque cruzado.....	260
16.3	Cheque para ser levado em conta	261
16.4	Cheque visado.....	261
16.5	Cheque administrativo	261
16.6	Protesto e ação cambial	262
16.7	Súmulas de jurisprudência do STF e do STJ.....	265
16.8	Proposições para agilidade de raciocínio	266
CAPÍTULO 17. DUPLICATA.....		267
17.1	Características	267
17.2	Proposições para agilidade de raciocínio.....	273
CAPÍTULO 18. CÉDULAS DE CRÉDITO		275
18.1	Conceito	275

18.2	Classificação	276
18.2.1	Quanto à espécie de garantia	276
18.2.2	Quanto às áreas específicas	277
18.3	Requisitos.....	278
18.3.1	Denominação.....	278
18.3.2	Promessa de adimplemento	278
18.3.3	Forma de pagamento	278
18.3.4	Indicação do credor.....	278
18.3.5	Valor do crédito	278
18.3.6	Finalidade do financiamento	278
18.3.7	Definição da garantia real.....	279
18.3.8	Encargos financeiros	279
18.3.9	Praça de pagamento	279
18.3.10	Data, lugar de emissão e assinatura	279
18.3.11	Registro.....	279
18.4	Transferência	280
18.5	Características	281
18.6	Conhecimento de depósito e <i>warrant</i>	282
18.7	Cédula de crédito imobiliário.....	285
18.8	Cédula de produto rural.....	287
18.9	Cédulas de crédito bancário	289
18.10	Proposições para agilidade de raciocínio.....	293

Parte IV

CONTRATOS

CAPÍTULO 19.	CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	297
19.1	Princípios	297
19.2	Contratos em espécie	299
19.2.1	Compra e venda empresarial	299
19.2.1.1	Cláusulas especiais do contrato de compra e venda	305
19.2.2	Alienação fiduciária em garantia.....	306
19.2.3	Arrendamento mercantil.....	310

19.2.4 Franquia.....	312
19.2.5 Faturização ou <i>factoring</i>	315
19.2.6 Representação comercial.....	316
19.2.7 Agência e distribuição.....	318
19.2.8 Comissão e mandato mercantil.....	319
19.2.9 Corretagem.....	319
19.2.10 Concessão mercantil.....	320
19.2.11 Proposições para agilidade de raciocínio.....	321

Parte V

PROPRIEDADE INTELECTUAL

CAPÍTULO 20. PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	325
20.1 Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI.....	329
20.2 Invenção.....	329
20.2.1 Modelo de utilidade.....	331
20.2.2 Procedimento do pedido de patente.....	332
20.2.3 Requisitos de patenteabilidade.....	333
20.3 Desenho industrial.....	338
20.4 Marca.....	339
20.5 Nulidade de patente, desenho industrial ou marca.....	344
20.6 Programas de computador.....	345
20.7 Proposições para agilidade de raciocínio.....	346

Parte VI

DIREITO FALIMENTAR E RECUPERACIONAL

CAPÍTULO 21. FALÊNCIA.....	349
21.1 Aspectos gerais da recuperação judicial, da extrajudicial e da falência do empresário e da sociedade empresária (Lei 11.101/2005).....	349
21.1.1 Âmbito de incidência da Lei de Recuperação de Empresas e Falência.....	349
21.1.2 Competência para as ações de recuperação e falências.....	350
21.1.3 Verificação, habilitação e impugnação de créditos.....	352
21.2 Falência.....	354

21.2.1	Fase pré-falimentar.....	355
21.2.2	Petição inicial.....	358
21.2.2.1	Rito do processo falimentar.....	358
21.2.2.2	Autofalência.....	358
21.2.2.3	Falência requerida por credores e terceiros.....	359
21.3	Fase falimentar.....	363
21.3.1	Efeitos da sentença decretatória da falência.....	363
21.3.2	Classificação dos créditos.....	365
21.3.3	Pagamento dos credores.....	370
21.4	Fase pós-falimentar – encerramento da falência.....	371
21.5	Extinção das obrigações do falido.....	373
21.6	Súmulas de jurisprudência do STJ e do STF.....	374
21.7	Proposições para agilidade de raciocínio.....	375
CAPÍTULO 22. LIQUIDAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E RAET.....		377
22.1	Intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras.....	377
22.1.1	Conceito de instituição financeira.....	377
22.1.2	A intervenção e liquidação extrajudicial.....	378
22.1.3	Efeitos da publicação.....	379
22.2	Regime de Administração Especial Temporária (RAET).....	380
22.3	Proposições para agilidade de raciocínio.....	385
CAPÍTULO 23. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....		387
23.1	Recuperação judicial.....	387
23.1.1	Processamento.....	392
23.1.2	Encerramento da recuperação judicial.....	395
23.1.3	Recuperação judicial para microempresas.....	395
23.2	Recuperação extrajudicial.....	396
23.3	Proposições para agilidade de raciocínio.....	398

Parte VII

DIREITO ECONÔMICO APLICADO A EMPRESA

CAPÍTULO 24. DIREITO ANTITRUSTE E REGULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA.....	403
--	-----

24.1	Noções introdutórias	403
24.2	A Constituição Econômica aplicada ao Direito Concorrencial ...	404
24.2.1	Noções introdutórias.....	404
24.2.2	Desenvolvimento econômico.....	405
24.3	Princípios constitucionais	410
24.3.1	Supraprincípio constitucional da dignidade da pessoa humana.....	410
24.3.2	Princípio da propriedade privada e da função social da propriedade	411
24.3.3	Princípio da liberdade de iniciativa e liberdade de concorrência	412
24.4	Mecanismos de controle da regulação da concorrência no direito antitruste	414
24.4.1	Principais condutas ilícitas anticoncorrenciais	415
24.4.2	Controle dos atos de concentração e estruturas.....	416
24.4.3	O CADE como mecanismo de controle	417
24.4.4	Aplicação de penas.....	418
24.4.5	Outros mecanismos	419
24.4.5.1	Compromisso de cessação.....	419
24.4.5.2	Programa de leniência	420
24.4.5.3	Busca e apreensão	420
24.4.5.4	Desconsideração da personalidade jurídica.....	420
24.4.6	Proposições para agilidade de raciocínio	426

Parte VIII

PROCESSO EMPRESARIAL

CAPÍTULO 25. PROCESSO E AÇÕES EMPRESARIAIS.....	429
25.1 Introdução.....	429
25.1.1 Competência	429
25.1.1.1 A escolha do juízo competente.....	430
25.1.2 Processo e procedimento adequados.....	431
25.1.2.1 Processo de conhecimento	431
25.1.3 Petição inicial	433
25.2 Desconsideração da personalidade jurídica	434

25.2.1	Personalidade jurídica	434
25.2.2	Pessoas jurídicas	434
25.2.3	Personalidade jurídica dos sujeitos empresariais	435
25.2.4	A desconsideração propriamente dita	435
25.3	Tutela provisória	438
25.3.1	Tutela de urgência.....	438
25.3.2	Tutela de evidência	441
25.3.2.1	Aspectos gerais	441
25.4	Ações executivas	443
25.4.1	Protesto	443
25.4.2	Prescrição	444
25.4.3	Ações executivas em espécie	444
25.4.3.1	O processo de execução	444
25.4.3.2	Títulos executivos.....	444
25.4.3.3	Ação de execução de título extrajudicial	445
25.4.3.4	Ação de embargos à execução	445
25.4.3.5	Ação de embargos de terceiro.....	446
25.4.3.6	Ação monitória.....	446
25.4.3.7	Embargos monitórios	447
25.4.3.8	Ação de cancelamento de protesto.....	447
25.4.3.9	Ação de inexigibilidade de título de crédito	447
CAPÍTULO 26. AÇÕES SOCIETÁRIAS		449
26.1	Ação de dissolução de sociedade.....	449
26.1.1	Contrato por prazo indeterminado.....	449
26.1.2	Contrato por prazo determinado	449
26.1.3	Dissolução judicial da sociedade.....	449
26.2	Ação de dissolução parcial de sociedade – exclusão de sócio	450
26.3	Ação de dissolução parcial de sociedade – retirada de sócio	450
26.4	Ação de anulação da constituição da pessoa jurídica	451
26.5	Ação de reparação de danos por ato do administrador	451
26.6	Ação de responsabilidade S/A	452
26.6.1	Dos administradores.....	452
26.6.1.1	Deveres.....	452

26.6.1.2	Responsabilidade dos administradores	453
26.6.2	Ação de responsabilidade	454
26.6.3	Responsabilidade por abuso no poder de controle	455
26.7	Ações falimentares	456
26.7.1	A falência do empresário e da sociedade empresária (Lei 11.101/2005)	456
26.7.2	Âmbito de incidência da Lei de Recuperação de Empresas e Falência	457
26.7.3	Competência para as ações de recuperação e falências	457
26.4	Falência	458
26.4.1	Fase pré-falencial	459
26.5	Ação de falência	461
26.6	Recuperação de empresas	462
26.6.1	Recuperação de empresas	462
26.6.2	Recuperação extrajudicial	466
26.7	Ações falimentares incidentais	467
26.7.1	Ação revocatória	467
26.7.2	Ação de restituição	468
26.7.3	Ação de responsabilidade	468
26.7.4	Ação de habilitação de crédito	469
26.7.4.1	Ação de habilitação de crédito (rito da impugnação previsto no art. 9º da Lei 11.101/2005)	469
26.7.4.2	Ação de habilitação de crédito após a homologação do quadro geral de credores (rito comum do Código de Processo Civil)	469
26.8	Ação de impugnação de crédito	469
26.9	Ação revisional de crédito	470
26.10	Proposições para agilidade de raciocínio	471
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	473